

**ATA DA 310ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – GESTÃO 2025-2027**

Aos três dias do mês de setembro do ano de 2026, sob convocação agendada para as 14h aconteceu a 310ª (tricentésima décima) reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Cotia – CMAS gestão 2025-2027, realizada por videoconferência através da plataforma Zoom <https://zoom.us/j/95306438824?pwd=bEJqcnFYc05EdC9POU9MamJFNVJPZz09>. Participaram da reunião os Conselheiros: Marcela de Fátima Lino, Kelen Garcia, Samantha de Mello Sznick Lopes, Célia Cristina Souza Fagundes, Mariza Rodrigues Ferrarese, Ernestino Benedito Nunes, Camila de Souza Oliveira, Renata dos Santos Anastácio, Silvia Cristina Lucas, Célia Cristina Fagundes, Camila de Souza Oliveira, Maria Terezinha Marcondes Veiga. Houve justificativa de falta da Conselheira Dr. Edna Silva e Silva. A reunião contou ainda com a participação de representantes de Organizações da Sociedade Civil e convidados: Fabrício Leiva, Laís do (Lar Emmanuel), Cristiane da Casa de Apoio, Marisa Martis da FADA, Fernanda Garlando da Abrihipe, Kristina da Atitude de Amor, Amanda da Abrahipe, Janice Jane Testa Silva da Fundação Maria Carolina, Veronica Lima da Semente, Marcelo Nicolini do Cândido Xavier, Tiago da Cárta Granja Viana, Laila Soares Reagentes, Claudinéia Magalhães, Maria Angélica e Mary Teófilo da SDS. A Presidente cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão, apresentando a pauta dos trabalhos: 1. Apresentação para deliberação da Ata da Reunião Ordinária nº 309; 2. Devolutiva dos processos de inscrição e renovação de inscrição de Organizações da Sociedade Civil – OSCs no CMAS, com apresentação dos pareceres da Comissão responsável pela análise dos processos; 3. Processo de aditamento da OSC ABRAHIPE; 4. Processo referente ao transporte do Grupo Emanuel; 5. Discussão sobre os Serviços Socioassistenciais para o ano de 2027; 6. Informes Gerais e Assuntos Extrapauta, incluindo convite às OSCs para apresentação dos dados da Vigilância Socioassistencial e orientações sobre a implantação do sistema de dados. 1. Apresentação e deliberação da ata da reunião ordinária nº 309. A Presidente colocou em apreciação o primeiro item da pauta, referente à Ata da Reunião Ordinária nº 309, previamente encaminhada aos conselheiros para análise. Consultados sobre a existência de ressalvas, correções ou acréscimos ao texto, não houve manifestação em contrário. Dessa forma, a Presidente declarou a Ata da Reunião Ordinária nº 309 aprovada por unanimidade e sem ressalvas. 2. Devolutiva dos processos de inscrição e renovação de inscrição de OSCs no CMAS. Passando ao segundo item da pauta, a Secretária Executiva do CMAS esclareceu que a inclusão do processo referente ao Plano de Trabalho do CRAS Mirizola ocorreu por equívoco na pauta, uma vez que o documento ainda se encontra em processo de terceira adequação técnica. Diante disso, solicitou formalmente a retirada do referido item da pauta. Na sequência, a Sra. Laila Soares, representante da Organização Reagentes, solicitou a palavra para esclarecer dúvidas quanto ao processo de inscrição da instituição. Informou que o Plano de Trabalho da organização já havia recebido aprovação prévia, permanecendo pendente a realização de visita técnica pelo Conselho para posterior conclusão do processo e emissão do certificado de inscrição. Relatou que o cronograma de atividades da instituição já havia sido disponibilizado e solicitou orientações acerca do fluxo das visitas e dos procedimentos necessários para o agendamento. A Sra. Marcela Lino esclareceu a dinâmica de trabalho das Comissões do Conselho, destacando que os conselheiros atuam em diferentes frentes, incluindo as Comissões de Finanças, Visitas, Análise de Documentos e Legislação, além de participarem de outros conselhos setoriais. Ressaltou que a limitação do número de conselheiros impacta diretamente a agenda de visitas externas, mas informou que a visita à Organização Reagentes seria realizada com a maior brevidade possível. Complementando os esclarecimentos, a Sra. Claudia, representando membro da Comissão de Análise de Documentos, informou que a Comissão havia tentado realizar a visita anteriormente, porém verificou no cronograma que o último atendimento da organização havia ocorrido em 15 de agosto e que

a próxima atividade presencial estava prevista para o sábado, dia 19 de setembro. Assim, informou que a Comissão havia se organizado para realizar a visita técnica na próxima data em que houvesse atendimento presencial da OSC. 3. Processo de aditamento da OSC ABRAHIPE. A Presidente apresentou o terceiro item da pauta, referente ao processo de aditamento solicitado pela ABRAHIPE, envolvendo a ampliação de 50 (cinquenta) vagas destinadas ao atendimento de Pessoas com Deficiência – PCD no município, destacando a relevância dos serviços prestados pela organização. A Presidente informou que a Comissão de Análise de Documentos havia analisado a documentação apresentada. Considerando que a solicitação envolvia impacto orçamentário e financeiro do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, o processo foi encaminhado à Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para manifestação quanto à disponibilidade de recursos. A Secretária Executiva informou à plenária que a Gestão havia emitido despacho formal atestando a existência de saldo e recursos suficientes no Fundo Municipal de Assistência Social para custear as despesas decorrentes da ampliação das vagas. Após os esclarecimentos, a matéria foi submetida à deliberação da plenária. Por unanimidade, o CMAS aprovou o aditamento da ABRAHIPE para ampliação de 50 (cinquenta) vagas, nos termos constantes do processo. 4. Processo referente ao transporte do GRUPO EMMANUEL. A Presidente introduziu o quarto item da pauta, referente à solicitação de custeio de transporte para as crianças e adolescentes atendidos pelo Grupo de Assistência Social Casa de Emmanuel, considerando as características do território e as dificuldades de acesso ao local onde são desenvolvidas as atividades. Foi informado que, no ano de 2025, a OSC já contava com auxílio financeiro para custeio do transporte e que, no início do presente exercício, havia solicitado a ampliação do valor destinado a essa finalidade, visando garantir a continuidade do transporte dos atendidos. A Presidente contextualizou ainda que a instituição utilizava anteriormente veículo próprio, o qual, por ser antigo, deixou de apresentar condições adequadas para a continuidade do serviço. A Comissão responsável havia solicitado a apresentação de três orçamentos para a contratação de serviço terceirizado de transporte, esclarecendo que somente poderia emitir manifestação conclusiva após a apresentação da documentação necessária. O processo havia sido encaminhado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para complementação das informações, considerando que inicialmente haviam sido apresentados apenas dois orçamentos. A Presidente informou que os três orçamentos solicitados foram posteriormente apresentados e juntados ao processo, acompanhados de despacho do Secretário Municipal Celso Itiki, atestando o cumprimento dos pré-requisitos pela OSC e destacando a relevância do serviço prestado. O menor valor apresentado foi de R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais) mensais, para o período de setembro a dezembro de 2026. Durante a discussão, a Presidente Kelen Garcia e o Conselheiro Marcelo Nicolini destacaram que, embora reconhecessem a importância do atendimento às crianças e adolescentes, a deliberação envolvendo recursos financeiros deveria estar respaldada em informação formal e atualizada acerca da disponibilidade orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, considerando a necessidade de segurança e regularidade da decisão do Conselho. Registrou-se a ausência temporária do técnico financeiro Adriano, em razão de consulta médica. A Secretária Executiva do CMAS Claudinéia Magalhães e a Conselheira Samantha sugeriram que a deliberação pudesse ocorrer condicionada à existência de saldo suficiente no Fundo, mencionando que o balancete referente ao mês de julho apontava saldo de R\$ 5.145.864,41 no FMAS. Os Conselheiros Robson Dias e Mariza manifestaram-se favoravelmente à aprovação, considerando a urgência da garantia do transporte das crianças e adolescentes atendidos. Por sua vez, os Conselheiros Marcela Lino, Marcelo Nicolini e Renata dos Santos reiteraram a necessidade de informação financeira atualizada, considerando que o fluxo de recursos do Fundo sofre alterações ao longo do exercício e que seria necessário conhecer a projeção dos compromissos financeiros até o final do ano. Diante das manifestações, o primeiro momento da reunião a Presidente colocou em votação o encaminhamento do processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Política de Assistência, para análise urgente da disponibilidade financeira e emissão de parecer, com

posterior convocação de Reunião Extraordinária para deliberação específica sobre a matéria. Na primeira votação, a maioria dos conselheiros manifestou-se pelo encaminhamento à Comissão de Finanças, ficando definido que, após a análise dos dados financeiros, seria convocada Reunião Extraordinária para deliberação. A Presidente encaminhou imediatamente o processo para análise da Comissão. Na sequência, a técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Maria Angélica, informou que havia realizado contato com o Gestor de Parcerias, Sr. Adriano Pires, que comunicou a existência de previsão de recursos no FMAS para custeio da solicitação. Informou ainda que, segundo os dados apresentados pelo Gestor, a despesa referente ao transporte solicitado pelo Grupo Emanuel não comprometeria os valores já existentes e comprometidos no Fundo. A Presidente solicitou que a manifestação da Gestão fosse formalizada por escrito e juntada ao processo, para fins de registro e segurança da deliberação. A Conselheira Marcela Lino esclareceu que não se opunha à aprovação do transporte, ressaltando apenas a necessidade de garantir que houvesse recursos suficientes para o custeio da despesa. Considerando a informação prestada pelo Gestor de Parcerias acerca da disponibilidade financeira, solicitou que a matéria fosse novamente submetida à votação, com registro em ata. A Presidente explicou ainda à plenária os critérios relacionados ao voto qualificado nas deliberações que envolvem recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social. Diante das novas informações apresentadas, a matéria foi novamente colocada em votação. Após a manifestação dos conselheiros, o CMAS aprovou a solicitação de custeio do transporte do Grupo Emmanuel, nos valores e período constantes do processo, ficando registrada a necessidade de juntada da manifestação formal da Gestão aos autos. A representante do Grupo Emanuel, Larissa, agradeceu ao CMAS pela deliberação favorável à solicitação de transporte.

5. Informes da presidência acerca dos recursos do fundo municipal de assistência social. A Presidente Kelen Garcia informou à plenária sobre o acompanhamento da execução financeira municipal e destacou a preocupação do Conselho quanto à regularidade dos repasses ao Fundo Municipal de Assistência Social. Relatou que, no exercício da atribuição de acompanhamento e fiscalização do CMAS, foi identificado que, desde o mês de maio, não estariam sendo realizados regularmente os depósitos e repasses das parcelas devidas ao FMAS, acumulando aproximadamente cinco meses de atraso. A Presidente ressaltou que a situação gera preocupação para o planejamento das deliberações do Conselho, especialmente aquelas que envolvem recursos financeiros, uma vez que a ausência de aportes regulares pode comprometer a capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos até o final do exercício. Informou que encaminhou ofício formal ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Sr. Celso, solicitando esclarecimentos oficiais acerca da ausência de repasses ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, bem como informações sobre a situação de outros fundos municipais, a exemplo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Solicitou, ainda, que o referido ofício fosse encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda, para conhecimento, análise e manifestação quanto à situação apresentada. Relatou ainda que manteve contato telefônico com o Secretário antes da reunião, tendo sido informada de que seria realizada reunião com a Secretaria Municipal da Fazenda para tratar da regularização dos repasses aos fundos, comprometendo-se a Gestão a apresentar posicionamento oficial ao CMAS até a tarde do dia seguinte. A Presidente destacou que, enquanto órgão de controle social e fiscalização, o CMAS necessita de informações oficiais e atualizadas sobre a situação financeira do Fundo, especialmente para subsidiar as deliberações que impliquem utilização de recursos do FMAS.

6. Discussão sobre os serviços socioassistenciais para o ano de 2027. O Conselheiro Robson Dias apresentou informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo grupo articulado de Organizações da Sociedade Civil junto à Gestão Municipal, envolvendo o Secretário e a assessoria técnica, com vistas à construção das diretrizes para o edital e as parcerias referentes ao ano de 2027. Informou que o grupo vinha se reunindo há aproximadamente um mês para discutir a recomposição dos valores destinados aos serviços socioassistenciais, tendo como referência estudos econômicos relacionados às perdas inflacionárias e à necessidade de atualização dos valores per capita.

Destacou que um dos principais objetivos das discussões é enfrentar gargalos históricos do sistema municipal, especialmente aqueles relacionados à demanda e ao custeio do transporte utilizado pelas entidades para atendimento dos usuários. Relatou que a primeira proposta discutida contemplava reajuste de 15,86% para o ano de 2027. Entretanto, nas reuniões subsequentes, a Gestão informou que a aplicação integral desse percentual poderia encontrar dificuldades em razão das condições fiscais e orçamentárias do Município. Diante disso, o grupo passou a discutir uma proposta de reajuste de 10%, vinculada à busca de solução para parte das dificuldades relacionadas ao transporte de crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e pessoas idosas com mobilidade reduzida ou deficiência. Robson informou que aguardavam a manifestação definitiva da Gestão e que havia indicação de que a proposta estava sendo analisada pela Secretaria Municipal da Fazenda, inclusive para fins de previsão orçamentária. Esclareceu ainda que, até aquele momento, não estava sendo discutida a ampliação da quantidade de vagas, considerando que ainda não havia sido apresentado estudo atualizado da Vigilância Socioassistencial. Dessa forma, a proposta em discussão seria trabalhar inicialmente com a quantidade de vagas executada no último edital, mantendo a referência do atendimento realizado em 2025 e executado no exercício atual, com aplicação do reajuste proposto e ajustes relacionados ao transporte. A Presidente informou que também havia solicitado esclarecimentos ao Secretário Municipal sobre o andamento do processo e que, segundo informado, a discussão estaria em andamento, devendo ser apresentada manifestação posteriormente ao Conselho.

7. Informes sobre evento realizado na Paulus – envelhecimento e proteção social. Na sequência, foram realizados informes sobre a participação em evento realizado na PAULUS, em São Paulo, com o tema “Desafios e caminhos para uma proteção social que assegure direitos, vínculos e dignidade à Pessoa Idosa”, que reuniu aproximadamente 400 participantes. Foram abordados temas relacionados ao envelhecimento, aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Centro-Dia, atendimento à pessoa idosa em situação de rua e demais questões relacionadas à proteção social da população idosa. A Presidente Kelen Garcia destacou que o evento foi muito proveitoso e representou uma oportunidade de conhecimento e troca de experiências. Agradeceu à PAULUS pela realização e informou que foram levadas aproximadamente 60 pessoas idosas da ASSA para participação no evento. A Conselheira Mariza relatou sua participação e destacou a importância das discussões realizadas, ressaltando a necessidade de promover ações que efetivem os direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa. A Sra. Maria Fernanda, representante da PAULUS, agradeceu a participação de todos e destacou a importância da presença da Presidente Kelen e dos demais participantes, ressaltando a relevância das ações desenvolvidas em defesa dos direitos da pessoa idosa e da construção de espaços de participação e escuta dessa população. Foi ressaltada ainda a necessidade de ampliar as reflexões sobre o conceito de envelhecimento e sobre a participação da pessoa idosa nos espaços de convivência e de controle social.

8. Informes da gestão sobre a vigilância socioassistencial e implantação do sistema de dados. Retomando os assuntos relacionados à pauta, a Sra. Maria Angélica prestou esclarecimentos sobre a apresentação dos dados da Vigilância Socioassistencial ao CMAS. Informou que a Gestão já havia apresentado anteriormente ao Conselho a necessidade de elaboração e organização dos dados e que a apresentação será realizada assim que houver disponibilidade de agenda da empresa responsável, em conjunto com a equipe da Vigilância Socioassistencial do Município. Esclareceu que os dados deverão contemplar os diferentes territórios do Município, possibilitando identificar a existência ou ausência de serviços socioassistenciais em cada região e subsidiar a discussão quanto aos serviços necessários para o próximo exercício. Informou, ainda, que os registros referentes aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV são encaminhados à Vigilância Socioassistencial. Relatou também a possibilidade de implantação de sistema próprio da Liegge, com a realização de capacitação dos técnicos das OSCs responsáveis pela execução dos serviços, possibilitando que os dados sejam inseridos diretamente no sistema, de forma a facilitar o processo de registro, sistematização e acompanhamento das informações. Com relação aos serviços de acolhimento institucional, como

SAICAs, acolhimento para pessoas idosas, Residência Inclusiva e acolhimento para pessoas em situação de rua, informou que existe a possibilidade de utilização do sistema para inserção e acompanhamento dos Planos Individuais de Atendimento – PIAs. Ressaltou que a implantação poderá demandar um período inicial de adaptação, mas poderá proporcionar maior organização, integração das informações e otimização do acompanhamento dos serviços. Mencionou, inclusive, que os dados dos PIAs poderiam subsidiar discussões em audiências concentradas, especialmente nos casos acompanhados pelo Sistema de Justiça. A técnica informou que a Gestão e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social reconhecem a importância da implantação do sistema, já utilizado nos CRAS, e destacou que caberá às Organizações da Sociedade Civil avaliar e deliberar sobre a adesão à ferramenta. Caso haja concordância, será realizada capacitação dos profissionais, cuja data será posteriormente informada. Informou ainda que, para o próximo ano, a Vigilância Socioassistencial deverá ser fortalecida com a chegada de novos profissionais. Destacou a atuação da técnica da empresa Lieggi, formada em Serviço Social, responsável pelo trabalho relacionado à apresentação dos dados e ao sistema, mencionando como exemplo os dados já levantados relacionados à população idosa. Ressaltou, por fim, que a construção das informações poderá ocorrer de forma conjunta entre Gestão, Vigilância Socioassistencial, Conselho e sociedade civil. 9. Informes finais. A Presidente informou que foi recebido ofício do Pequeno Cotoengo Don Orione – Orionópolis, endereçado ao CMAS, e solicitou à Secretária Executiva que fosse aberto processo administrativo para análise da demanda, com posterior manifestação do Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14h30, e, para constar, a presente ata segue assinada pela Presidente e pela Secretária do CMAS.

Kelen Garcia
Presidente do CMAS

Samantha de Mello Sznick Lopes
1ª Secretária do CMAS